



Ministério Público da União
Ministério Público Militar
CORREGEDORIA

RECOMENDAÇÃO Nº 13- CPM

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 137 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, bem como o artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 22, de 29 de novembro de 1996, do Conselho Superior do Ministério Público Militar, e

CONSIDERANDO que o Código de Processo Penal Militar estabelece um rito processual especial para os crimes de deserção nos arts. 451 e seguintes;

CONSIDERANDO que o rito estabelecido para os casos de deserção possui como característica a celeridade, com atos processuais simplificados;

CONSIDERANDO a ausência de complexidade que geralmente envolve os casos de deserção, já que, quase na totalidade das hipóteses, a discussão limita-se à existência ou não de justificativa para a ausência;

CONSIDERANDO que, em alguns casos, o lapso temporal transcorrido entre a lavratura do termo de deserção e a decisão de primeiro grau é superior ao prazo de serviço militar obrigatório;

CONSIDERANDO que, nas hipóteses de crime de deserção, é comum que a Força não tenha interesse em reincluir o militar sem estabilidade;

CONSIDERANDO o estabelecido pela Súmula nº 12, do Superior Tribunal Militar e

CONSIDERANDO que, em algumas situações, a inobservância do rito especial previsto para os crimes de deserção tem ensejado a impunidade;

RESOLVE:

RECOMENDAR aos membros do Ministério Público Militar que observem e façam cumprir o rito especial previsto para os crimes de deserção.

Brasília, 15 de março de 2010.

Roberto Coutinho
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Corregedor-Geral

